

# O FEMINISMO NAS PÁGINAS DA REVISTA ADVENTISTA: MARCAS DOS VALORES RELIGIOSOS NOS DISCURSOS NORMATIVOS SOBRE O PAPEL DAS MULHERES

FEMINISM IN THE PAGES OF REVISTA ADVENTISTA: MARKS OF THE RELIGIOUS VALUES IN THE NORMATIVE DISCOURSES ON THE ROLE OF WOMEN

## RESUMO

O presente trabalho apresenta como a *Revista Adventista*, periódico de perfil teológico-doutrinário-jornalístico oficial da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, tratou o feminismo ao longo de sua história. A pesquisa de fontes foi realizada no acervo digitalizado da revista disponível na internet. Foram encontradas 12 edições em que o termo feminismo foi mencionado; seis foram analisadas em profundidade. O exame dos materiais selecionados foi realizado por meio de uma adaptação das técnicas de análise de conteúdo, organizada em pré-análise, exploração do material e interpretação. Os textos da *Revista Adventista* de autoria masculina que fizeram menção ao feminismo são mais críticos. Uma abordagem mais positiva nas menções ao feminismo está presente nos textos de autoras mulheres. Os resultados demonstram a permanência de valores tradicionais em relação às mulheres e ao seu papel na família e na sociedade, em contraste com os ideais feministas de autonomia, igualdade e emancipação, que assumem viés negativo nos discursos da revista.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Gênero. Feminismo. Análise de conteúdo. Revista Adventista.

## ABSTRACT

The present work displays how *Revista Adventista*, the official theological-doctrinal-journalistic profile of the Seventh-day Adventist Church periodical in Brazil, has treated feminism throughout its history. The research of the sources was carried out in the digitalized collection of the magazine available in the internet. We found 12 editions in which the term feminism was mentioned; six were analyzed in depth. The

---

### Kevin Kossar Furtado

Pós-doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e bacharel em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: kevin@aol.com.br

### Karina Janz Woitowicz

Pós-doutorado em Comunicação pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. E-mail: karinajw@gmail.com

examination of the selected material was carried out through an adaptation of the content analysis techniques, organized into pre-analysis, material exploration and interpretation. The texts by male authorship of the *Revista Adventista* that mention feminism present stronger criticism to this concept. A more positive approach in reference of feminism is identified in texts by female authors. The results demonstrate the permanence of traditional values in relation to women and their role in the family and society, in contrast to the feminist ideals of autonomy, equality and emancipation, which assume a negative bias in the discourses of the magazine.

**Keywords:** Journalism. Gender. Feminism. Content analysis. *Revista Adventista*.

## Introdução

A história da imprensa da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil começa com a publicação, incerta, entre 1900 ou 1904, d'O *arauto da verdade*. Em 1906 surge a *Revista Trimensal*, que desde 1931 assumiu o título de *Revista Adventista*. Considerado “órgão geral” da denominação no país desde 1975, o periódico de perfil teológico-doutrinário-jornalístico noticia os acontecimentos mais significativos do meio adventista e do cristianismo no Brasil e no mundo (FURTADO, 2020).

A existência de veículos de mídia religiosa figura como prática comum em diferentes instituições, seja com propósito de difusão de determinada doutrina, de instrumento educativo na formação de ideias e comportamentos dos fiéis ou mesmo de informação e divulgação sobre ações da Igreja. A publicação torna-se, portanto, um canal de comunicação entre os fiéis e a instituição, “no qual os temas podem ser abordados com mais abrangência, as opiniões e ideias são expostas com clareza e as informações podem ser direcionadas para transmitir ao fiel exatamente o que se quer” (MARTINO, 2001, p. 52).

Entre os diversos temas de interesse publicados pela *Revista Adventista* ao longo de sua trajetória, interessa compreender o modo como questões externas à doutrina, repercutidas em todo o mundo diante da expansão da teoria e da prática feminista, ocupam espaço nas páginas da publicação, produzindo tensões, contradições e a necessidade de um posicionamento político e religioso como forma de orientação aos fiéis. Observa-se que o feminismo aparece na revista somente em uma edição nos anos 1950, ressurgiu nos anos 1980, quando o debate em torno dos direitos das mulheres em todo o mundo se consolida, e volta a ser tematizado no início do século XXI. Ou seja, o movimento ocupa espaço marginal no discurso religioso da referida publicação.

O artigo situa-se na interface entre os estudos de religião e os estudos de gênero, à medida que analisa uma publicação religiosa, fundamentada em princípios adventistas, para identificar os discursos e as práticas em torno de uma representação ideal das mulheres que atravessa a compreensão sobre o feminismo em diferentes períodos e contextos. Para tanto, recorre-se inicialmente a uma contextualização

sobre as relações entre gênero e religião que constitui a base para algumas reflexões apresentadas no processo de análise.

A *Revista Adventista* conta com um acervo digital<sup>1</sup> que abriga todos os números da publicação, desde a sua primeira edição, de onde parte a pesquisa de fontes e análises expostas, que aborda como a revista tratou o feminismo ao longo de sua história. Os procedimentos metodológicos, baseados na análise de conteúdo, possibilitaram a seleção e a sistematização do material, em uma abordagem qualitativa dos textos que indicam a presença, ainda que incipiente, do feminismo, e o modo como o debate sobre as mulheres, envolvendo papel social e conquista de direitos, é angulado conforme os princípios religiosos hegemônicos.

## **Feminismo: movimento social, perspectiva teórica e religiosa**

Enquanto movimento libertário, o feminismo luta por novos modos de relação entre homens e mulheres, para que estas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. O movimento destaca a existência de outra forma de dominação para além da de classe; a dominação do homem sobre a mulher (PINTO, 2010, p. 16).

Da primeira onda do movimento feminista no Brasil, marcada pelas lutas pelo direito ao voto e pela defesa do direito à educação e à participação na esfera pública, no século XIX e início do XX, passando pelo feminismo de segunda onda que se desenvolve a partir dos anos 1960, com lutas emancipatórias pela igualdade de direitos e pela autonomia sobre o corpo, o movimento consolida a conquista de direitos com base em políticas públicas após a redemocratização do país, nos anos 1980 (FELGUEIRAS, 2017). Na análise de Duarte (2019, p. 26), o feminismo “poderia ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação dos seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo”.

Uma das particularidades do movimento feminista que implica na compreensão de sua história e seus processos está no entendimento de que o movimento produz sua própria reflexão crítica e sua própria teoria, coincidência oriunda do tipo social de militância que estimulou, sobretudo o feminismo da segunda metade do século XX, formado por mulheres de classe média formadas, maiormente, nas áreas de Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. “Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise” (PINTO, 2010, p. 15).

Em todas as menções encontradas na *Revista Adventista*, observa-se que o tratamento do feminismo se restringe ao aspecto de movimento social ou político e não à teoria feminista, o que demonstra a tendência à negação de uma epistemologia

<sup>1</sup> Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>.

que critica o determinismo biológico, gerador de preconceitos contra as mulheres. Contudo, entende-se que as teorias feministas, ao questionarem a existência de uma hierarquia humana apresentada como natural e inquestionável, colocaram em questão o modo como as estruturas de poder – tais como a ciência e a religião – se refletem na sociedade, construindo discursos hegemônicos sobre as diferenças entre homens e mulheres (FARGANIS, 1997; BERMAN, 1997).

Assim, certas características consideradas naturais – como posições de poder e autoridade, em contraponto ao cuidado e à geração da vida – reforçam papéis supostamente objetivos atribuídos a cada sexo, ao mesmo tempo em que acentuam desigualdades sociais construídas culturalmente e repercutem em distintos campos de saber e de poder.<sup>2</sup>

De acordo com Sandra Duarte de Souza (2004, p. 123), “os sistemas simbólicos religiosos se constituem em importantes mecanismos de construção da subjetividade humana, atuando de maneira estruturada e estruturante”. Significa dizer que as religiões assumem uma visão que acaba por configurar papéis masculinos e femininos, bem como valores e comportamentos socialmente aceitos que assumem forma de dogmas.

Ivone Gebara (2020) reconhece, no campo religioso, a opressão sofrida por mulheres e pobres devido à imposição de um modelo de santidade hegemônico que produz exclusão e silenciamento. É por isso que a religião é caracterizada como uma instituição estruturada e estruturante da sociedade, que estabelece hierarquias e reproduz relações desiguais.

A relação entre a religião e os sistemas de dominação é analisada também por Carolina Teles Lemos (2013), que aborda a construção teológica em torno do masculino e do feminino a partir da noção de patriarcado. O conceito permite identificar as relações desiguais de poder e a dominação masculina presentes nas instituições, nos símbolos culturais, nas normas e valores sociais, entre outros espaços e expressões hierárquicos que têm sido problematizados pela teologia feminista.

No que se refere às relações entre gênero e religião, sabe-se que o conhecimento e a doutrina das instituições religiosas são historicamente dominados por homens, o que se traduz em estruturas de poder que incidem sobre a vida das mulheres. Decorre desta constatação a necessidade de reconstruir as bases da religião a partir da perspectiva de gênero. Para Maria José Rosado (2015, p. 10),

compreender as religiões como espaços complexos portadores de contradições e ambiguidades, de produção, reprodução e

<sup>2</sup> As teorias feministas assumiram característica interdisciplinar e se comprometeram com a busca de outros modos de produção do conhecimento. Joana Maria Pedro (2015), ao propor uma historiografia dos estudos de gênero no Brasil, observa que sua trajetória se desenvolve a partir do uso das categorias “mulher” nos anos 1970 (com estudos sustentados em uma opressão comum, universal), “mulheres” nos anos 1980 e 1990 (caracterizados pela pluralidade das identidades) e, finalmente, “gênero” a partir dos anos 1990, com a inserção de uma abordagem relacional. Importante considerar, conforme abordagem da pesquisadora, que não se trata de um processo de substituição de uma categoria pela outra, e sim de apropriações realizadas conforme interesses e demandas de um determinado momento.

transformação das relações sociais em todos os seus domínios, aqueles do culto, dos símbolos, como do saber, e não somente o da organização, é uma questão teórica.

A teologia feminista, ao reinterpretar os fundamentos religiosos, representa uma contribuição às abordagens teóricas sobre gênero e feminismo, bem como um modo de superação do patriarcado.<sup>3</sup> De acordo com Lemos (2013, p. 210), a teologia feminista se desenvolve “como reação a uma sociedade patriarcal, androcêntrica e sexista em busca de uma sociedade nova onde reinem relações de reciprocidade e mutualidade entre homens e mulheres, sem discriminados e oprimidos”.

Para Elina Vuola (2015, p. 51), “a tarefa da teologia feminista tem sido revelar, criticar e interpretar a teologia tradicional e a história da Igreja a partir do ponto de vista de gênero, mas também, na maioria dos casos, reconstruir a tradição, tanto em sua forma espiritual como prática”. A autora reconhece uma maneira polarizada de observar a religião a partir da abordagem de gênero, em que os sentidos negativos prevalecem; segundo ela, existe uma subestimação da religião como força cultural importante, ou uma valorização como fator principal e único na vida das mulheres (VOULA, 2015, p. 40).

Com base nas relações entre gênero e religião, delimitadas neste tópico, interessa entender como o discurso da *Revista Adventista* (re)produz um lugar específico para se contrapor ao feminismo e evidenciar um ideal imutável de mulher ancorado nos princípios da fé e nos valores do patriarcado. Recorrer aos textos constitui um registro da trajetória histórica dos valores da Igreja que se reflete no tempo presente por meio das páginas impressas.

## Procedimentos metodológicos na análise da *Revista Adventista*

De acordo com Martino (2001, p. 54), “a rigor, a mídia religiosa se serve de temas da agenda pública e temas institucionais, coletivos ou individuais, adaptando-os à linguagem específica de cada religião”. Na *Revista Adventista*, encontram-se temas pertinentes à instituição religiosa e também repercussões de debates que envolvem a agenda pública, angulados conforme os valores da referida doutrina. Desse modo, assuntos envolvendo a família, o trabalho, a política, entre outros, ocupam as páginas da publicação estabelecendo conexões com o seu público e contribuindo para a consolidação de determinados valores sustentados em princípios religiosos.

---

<sup>3</sup> Ao analisar o impacto do feminismo sobre o estudo das religiões, Maria José Rosado (2001, p. 84) destaca algumas proposições críticas em torno da fé: “o monoteísmo, a imagem masculina da divindade, a figura submissa e virginal de Maria; as interpretações sexistas dos textos sagrados – a Bíblia, o Talmude, o Alcorão, os escritos do budismo. Questiona-se a existência de uma só “verdade religiosa”, contida em uma religião única, salvadora e portadora da redenção. Além disso, refuta-se a compreensão tradicional da “natureza feminina” que condiciona as mulheres à função de procriação. A autora observa que, no Brasil, a teologia feminista é mais difundida no meio cristão, protestante e católico.

O exame dos materiais selecionados foi realizado por meio de uma adaptação das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), organizando-se em pré-análise, exploração do material e interpretação. A pré-análise foi tratada enquanto a organização propriamente dita, o período de sistematização das ideias iniciais, que conduziu ao desenvolvimento de um plano de análise. Foi elaborado o objetivo – analisar como a *Revista Adventista* se referiu ao feminismo – e selecionados os fragmentos dos materiais que viabilizassem a interpretação final dos textos elegidos.

A fase da exploração do material compôs a análise propriamente dita, a aplicação sistemática das decisões efetuadas na pré-análise, com o propósito de fazer as interpretações consonantes com o objetivo supracitado. O presente trabalho faz uma análise exploratória, ou seja, destaca o que disse a *Revista Adventista* sobre o feminismo. A análise de conteúdo se preocupou com a superfície dos textos, que se desdobrou em dois objetivos: descrevê-los com o uso de citações diretas e interpretá-los. Dentre as possibilidades oferecidas pela análise de conteúdo para a abordagem da interpretação a ser conduzida (MORAES, 1999), especificamente quanto ao conteúdo examinado, optou-se pelo foco no conteúdo manifesto nos textos da revista, em uma exploração restrita ao que foi dito no material selecionado, em uma leitura representacional.

Até o momento da produção deste trabalho, o acervo digital da *Revista Adventista* disponibiliza para acesso as edições publicadas até janeiro de 2022. Encontramos, no sistema, 13 menções ao feminismo em 11 edições (duas em março de 1957, uma em agosto de 1986, novembro de 1988, abril de 2005, março de 2015, agosto de 2015, abril de 2016, maio de 2016, outubro de 2016, duas em março de 2017 e uma em maio de 2018). O corpus de análise, obedecendo às regras da exaustividade, homogeneidade e pertinência, formou-se dos textos que avaliavam o feminismo, interpretados em ordem cronológica de publicação. Os textos que apenas citavam o feminismo foram desconsiderados da análise. Ao todo, foram analisados seis.<sup>4</sup> Nenhum material encontrado discutiu o feminismo em si; ele foi mencionado na discussão de outras temáticas, o que revela sua pequena presença e representatividade na publicação.

## O feminismo no século XX na *Revista Adventista*: o lugar da família

A primeira menção ao feminismo na *Revista Adventista* analisada se encontra na edição de agosto de 1986. Márcio Dias Guarda, em *Nem Salomão nem Hércules*, principal reportagem da edição, trata, no “mês que exalta a paternidade”, da perda da figura do pai que representa sabedoria e força na família. Entendendo que a família “ainda não morreu”, embora tenha sido colocada “nos obituários”, ele indica que

<sup>4</sup> Excluímos um anúncio publicitário, uma nota informativa, uma resenha, uma citação de personalidade, um perfil masculino e uma carta de leitor. Analisamos os artigos de opinião, as reportagens e uma entrevista que se referiam ao feminismo. Uma das menções apontadas como da edição de março de 1957 não foi encontrada. Uma das menções de março de 2017 se refere, na verdade, à menção feita na edição de março de 2018.

pesquisas mostram que “a tendência é de que essa instituição milenar e divina recobre sua saúde” (GUARDA, 1986, p. 5). Guarda condena, entre outras coisas, o feminismo, como um dos movimentos dos anos 1970 que atacou a família.

Felizmente o diagnóstico dos anos [19]70, quando a família foi atacada pela *permissividade* (nova moral, abismo entre gerações, *feminismo*, etc.) não se comprovou. Passada a curiosidade natural por tais movimentos, a família como instituição social básica recobrou um pouco sua estrutura. (GUARDA, 1986, p. 5, grifos nossos).

Classifica-se o feminismo como um movimento negativamente permissivo, representando uma nova moral passageira. Mesmo com a força recobrada, Guarda vê uma “recuperação mínima e não geral” da família. Além de movimento efêmero, ele considera o feminismo incompatível com o exercício das funções de mãe e esposa: “têm sido mais [frequentes] as declarações de *mulheres que abandonaram sua militância feminista, decididas a assumir os históricos papéis de mãe e esposa* do que de homens decididos a dar mais importância à paternidade do que ao sucesso no trabalho ou à vocação.” (GUARDA, 1986, p. 5, grifo nosso). Uma “conscientização” dos “deveres” (GUARDA, 1986, p. 5) da mulher para com a família seria a causa de abandono do movimento.

O texto deixa claro o contraste entre feminismo e o papel feminino atribuído às mulheres, que se choca com a militância. Constância Lima Duarte (2019, p. 25), ao questionar a resistência à palavra feminismo, destaca que vitórias inquestionáveis para as mulheres como o direito à educação, à profissão, à participação política, entre outras que marcam a sociedade contemporânea, são resultado das lutas do movimento. “Se lembrarmos que o feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou a relação entre homens e mulheres, torna-se inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública”.

Para a autora, a grande derrota do movimento feminista “foi ter permitido que um forte preconceito isolasse o termo, sem conseguir se impor com orgulho para a maioria das mulheres” (DUARTE, 2019, p. 25). A expansão do antifeminismo, que acarretou o desgaste semântico da palavra, sustenta-se na marginalização das lutas das mulheres e na incompreensão sobre as causas do movimento. Em grande medida, conforme sugere Duarte (2019), o sentido negativo atribuído ao feminismo, construído ao longo de décadas, o coloca em oposição à feminilidade.

No referido texto da *Revista Adventista*, os papéis tradicionais de pais e mães têm como única referência o conceito normativo de família que associa o cuidado dos filhos à figura materna. Critica-se a postura dos pais que “se comportam cada vez mais como hóspedes em seus próprios lares”, ao mesmo tempo em que as mulheres são responsabilizadas por piorarem a situação. “Sem conseguir manter a [autoimagem] *diante da agressiva esposa-mãe e de um poderoso grupo de adolescentes*, necessitando, e muitas vezes não obtendo, o amor da família, sentem-se os pais cada vez mais

marginalizados e tendem a se [automarginalizar].” (GUARDA, 1986, p. 5, grifo nosso). Para Guarda, na família, “o homem tem papéis específicos a desempenhar, assim como a mulher tem os seus. Essa separação é questão de ordem, evita a concorrência e gera a colaboração. Ao mesmo tempo, reparte a autoridade e a responsabilidade em cada área.” (GUARDA, 1986, p. 7). Relegam-se à mulher, como ideal, funções restritas ao lar e aponta-se que muitos dos problemas familiares derivam da “indesejável inversão de papéis”, quando a mulher também provê os recursos para o sustento da família.

Se o marido e pai cumprir o seu papel de provedor, não haverá necessidade de a esposa e mãe lançar-se à mesma atividade, causando confusão ou deixando outras áreas descobertas, ou ainda desembocando na indesejável inversão de papéis. Ora, não é necessário ir muito longe para concluir que aí está a chave de vários dos problemas familiares modernos. (GUARDA, 1986, p. 7).

Ressalta-se, ainda, que quando assume atividades que seriam responsabilidade exclusivamente masculinas, “como buscar o sustento”, a mulher abandona “muitas coisas agradáveis ligadas aos cuidados do lar, e ainda se sobrecarrega com pelo menos dez a doze horas de trabalho por semana a mais do que a [dona de casa].” (GUARDA, 1986, p. 7). Recorre-se a um conselho de Ellen G. White – uma das fundadoras da IASD e “a adventista do sétimo dia mais influente que já viveu” (TIMM, 2014, p. 22) – que determina ser responsabilidade do pai na estrutura familiar a de principal provedor da família. “O pai não deve trair seu sagrado depósito.” (WHITE, 2004, p. 193).

De acordo com Souza (2004, p. 129), “a afirmação sociocultural da masculinidade passa pelo exercício do poder do homem sobre a mulher e os filhos, e a religião tem colaborado com a reprodução dessa representação social da masculinidade”. Os discursos da revista evidenciam e reforçam as posições binárias associadas ao sexo masculino e ao sexo feminino que se traduzem em papéis sociais e comportamentos culturalmente aceitos. Desse modo, pela interpretação religiosa do tema em pauta, qualquer mudança na ordem hegemônica estabelecida acarreta prejuízos à instituição familiar, que deve ser preservada à revelia das mudanças em curso no contexto dos anos 1980, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a inserção das mulheres no espaço público e o questionamento sobre a participação dos pais no cuidado das crianças.

## **O feminismo no século XXI na *Revista Adventista*: impasses entre o espaço público e o doméstico**

Em seu estudo sobre publicações ligadas a diferentes instituições religiosas, Martino (2001) identifica três abordagens principais que orientam a agenda dos veículos: as atividades da instituição, as normas de conduta e as explicações doutrinárias. Para

o autor, os temas vão além de uma pauta estritamente voltada à doutrina, misturando-se a outros assuntos da agenda social e midiática.

Nem todos os temas tratados pela mídia institucional religiosa são doutrinários ou dizem respeito às atividades da instituição. Os veículos religiosos, costumeiramente, servem-se de temas da agenda pública, isto é, aqueles “impostos” pela mídia informativa generalista. A institucionalização dos temas da agenda pública estabelece uma fronteira simbólica interpretativa entre a instituição e o que lhe é exterior. Esta fronteira pode ser explícita, quando a interpretação institucional é manifesta, ou implícita, quando o único indício de institucionalização do tema é a sua presença na mídia institucional. Os temas de atualidade, quando compatíveis, são interpretados à luz da doutrina religiosa. (MARTINO, 2001, p. 55).

Na *Revista Adventista*, a perspectiva de aproximação com assuntos da atualidade (tais como política internacional, mercado de trabalho e participação feminina) se faz presente e está associada à elaboração de uma interpretação institucional sobre os temas em pauta. Nos textos publicados já no século XXI, o papel das mulheres perpassa os discursos da revista, sendo reforçados o caráter normativo da diferença entre homens e mulheres e os valores conservadores.

A segunda menção ao feminismo analisada na revista se encontra na edição de abril de 2005. Antes de citar o feminismo, na seção *Reflexões*, o artigo de opinião *Bastidores de um espetáculo*, de Zinaldo Santos, assinala o papel dos Estados Unidos no cenário profético do fim do mundo conforme compreendido pela teologia adventista. Para os adventistas, “Apocalipse 13 descreve dois poderes que dominarão o cenário mundial do fim dos tempos, revelando-se intolerantes em relação a quem lhes for contrário. Um desses poderes é visto como [...] os Estados Unidos.” (SANTOS, 2005, p. 38).

Ante o questionamento de que parece não existir nada na política estadunidense que indique a ocorrência dos fatos conforme assevera a visão adventista do fim dos tempos, Santos avalia que, especialmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos busca impor-se como a maior potência mundial. Ele destaca a figura do presidente George W. Bush como cristão conservador, que governa em consonância com as expectativas do eleitorado, que via no presidente “o mais confiável para levar o Estado a interferir nas questões morais e religiosas.” (SANTOS, 2005, p. 38). O feminismo aparece, enfim, como movimento imoral, rejeitado pelos estadunidenses, cuja sociedade, após experimentar “ondas de liberalismo, sexismo, feminismo e hedonismo, [...] agora empreende uma volta ao conservadorismo e à tradição, enfatizando-se os valores morais, valorizando-se a masculinidade e até exercendo controle sobre a arte e a mídia.” (SANTOS, 2005, p. 38).

Observa-se uma abordagem mais positiva das mulheres, embora marcada por preconceitos e contradições, nas publicações encontradas a partir da segunda

década do século XXI que fazem referência ao feminismo. A autoria dos textos sobre as mulheres também muda. Agora são elas as autoras dos materiais e as principais fontes das reportagens – e não mais os homens. A terceira menção ao feminismo analisada se encontra na edição de março de 2015. Em *Influência feminina*, reportagem de capa da edição, Fabiana Bertotti demonstra que desde a sociedade patriarcal descrita nas páginas da Bíblia até os dias atuais, as mulheres sempre exerceram papel fundamental na família, na comunidade e na Igreja, mesmo com as dificuldades culturais enfrentadas (BERTOTTI, 2015, p. 14).

Bertotti acena para a conquista de posições de destaque na “escala social” e o domínio das mulheres em setores outrora excepcionalmente masculinos. Uma das marcas da mulher atual está na independência e no retardamento do casamento e da maternidade (BERTOTTI, 2015, p. 15). Pelo fato de que “ser mulher deixou há muito tempo de ser considerado desvantagem” (BERTOTTI, 2015, p. 16), Bertotti estranha que a mutilação genital ainda aconteça com frequência em lugares como as comunidades dos massais, no Quênia, e em regiões que abrigam alas mais radicais do islamismo. Bertotti lembra a comoção gerada em torno do Prêmio Nobel da Paz de 2014, Malala Yousafzai, que sofreu um atentado em 2012 quando voltava da escola num ônibus escolar, como represália do grupo terrorista Taliban, que considerava obsceno uma garota de 14 anos estudar e incentivar outras meninas a fazer o mesmo.

Um dos boxes da reportagem lembra a história da primeira mulher a se tornar chefe de Estado nos tempos modernos: Sirimavo Bandaranaike, escolhida como primeira-ministra do Ceilão (hoje Sri Lanka) em 1960. Outras mulheres que foram figuras de destaque em governos ao redor do mundo são citadas: Indira Gandhina Índia, Golda Meir em Israel, Margareth Thatcher na Inglaterra e Angela Merkel na Alemanha. “Em 2014, o número de mulheres no comando de países bateu o recorde, com 25 líderes femininas ao redor do globo. Esse total é mais que o dobro de 1990, quando 12 mulheres chefiavam Estados.” (BERTOTTI, 2015, p. 16).

Bertotti (2015, p. 16) recorre a dados oficiais para demonstrar os desafios e a desigualdade de gênero no Brasil que, então, ocupava a 85ª posição no ranking dos países mais desiguais, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda assim, para ela, o Brasil vinha apresentando mudanças expressivas na emancipação feminina. À época, o país tinha a primeira presidenta de sua história e vivia um período de reposição de mão de obra mais qualificada, resultante do maior nível educacional das mulheres, que aumentou desde os anos 1960, década marcada pela chegada ao mercado da primeira pílula anticoncepcional.

No âmbito religioso, especificamente no caso da Igreja Adventista, Bertotti (2015, p. 17) entende que se tem ampliado a atuação feminina, “seguindo o precedente bíblico.” Conquanto muitos considerem o livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, como machista, Bertotti entende-a como “um compilado de referências de como Deus vê a mulher e atribui a ela características e atenção especiais.” Ainda que numa sociedade patriarcal, ela destaca as ações de Jesus de ensinar, conversar e dedicar atenção diferenciada às mulheres com quem entrou em contato, mesmo “àquelas renegadas social e religiosamente.” Para Bertotti, a criação divina definiu como papel

das mulheres “ser ajudadora do esposo”, com a atribuição de ser, na família, “cuidadora, educadora e influenciadora.” Ela lembra, também, que a Igreja Adventista tinha, entre seus fundadores, uma mulher, Ellen G. White.

Após indicar que as mulheres são a maioria da membresia da Igreja Adventista no mundo, na América do Sul e no Brasil, Bertotti (2015, p. 18) levanta a discussão, então em curso entre os adventistas, sobre a possibilidade de ordenação das mulheres ao ministério pastoral. O tema, naquele momento, estava sendo estudado por comissões mundo a fora para ser votado na assembleia da Associação Geral, máxima estrutura organizacional da IASD, que foi realizada em julho de 2015. Entre as entrevistadas por Bertotti estava a então líder sul-americana do Ministério da Mulher, Wiliane Marroni, para quem qualquer voto que fosse tomado não mudaria o trabalho já efetuado pelas mulheres na Igreja. “Creio que a luta por cargos inferioriza tanto homens quanto mulheres” (BERTOTTI, 2015, p. 18-19), disse a entrevistada.

Wiliane faz referência ao feminismo como um movimento equivocado de reivindicação das mulheres e iguala-o ao machismo.

*O machismo é uma forma equivocada de luta, assim como o feminismo. A época em que vivemos é muito solene para que a Igreja tenha que gastar tempo em disputas entre os gêneros em vez de concentrar energia total na pregação do evangelho. A necessidade é de homens e mulheres, cada um cumprindo sua parte conforme os dons recebidos de Deus (BERTOTTI, 2015, p. 19, grifo nosso).*

Na opinião de outra entrevistada, Meibel Guedes, uma das pioneiras no Brasil do Ministério da Mulher, departamento da Igreja Adventista que coordena as ações femininas na denominação, a ordenação de mulheres não seria necessária nas regiões onde há pastores suficientes para atender a demanda da Igreja. Nesses lugares, o papel da mulher deveria continuar sendo de apoio. “Mas, eventualmente, se a liderança da Igreja assim entender, em alguns países onde os homens não se dispõem a exercer o ministério e as mulheres estão mais disponíveis e sentem o chamado de Deus, elas poderão ser separadas para esse propósito”, ponderou (BERTOTTI, 2015, p. 19). Para a líder mundial das mulheres na IASD, Heather-Dawn Small, também entrevistada pela reportagem, independentemente da posição final que fosse tomada, interessava a disponibilidade que as mulheres sempre mostraram para efetuar diferentes serviços na Igreja.

Para Wiliane, a Igreja não deve pensar a questão da mulher na Igreja sobre a lógica do empoderamento para se promover a igualdade de gênero. “[...] igualdade não é a palavra mais adequada para definir o ideal da mulher na igreja. É justamente a diferença de personalidade, visão e perspectiva que a mulher cumpre melhor seu papel, oferecendo ao serviço sagrado o que o homem não consegue.” (BERTOTTI, 2015, p. 19). A luta pela igualdade, considera, nivelaria a atuação dos homens e mulheres a um único modelo que limitaria a busca por sincronia entre os gêneros. A ordenação

das mulheres ao ministério pastoral não foi aprovada pela assembleia da Associação Geral da IASD de 2015 (TONETTI, 2015).

Por fim, Bertotti (2015, p. 19) defende que, por mais que o patriarcado judaico tenha rebaixado a mulher a uma posição secundária e que isso se reflita ainda hoje nas relações sociais, a Bíblia dá exemplos de lideranças femininas que, conforme a orientação divina, “são um reflexo do que uma mulher sábia e submissa ao Criador é capaz de fazer por sua nação”. Para Bertotti, antes de reivindicar direitos e posições, as mulheres cristãs podem “caminhar ao lado dos seus esposos, amigos e irmãos numa jornada que vai além de comparações e lutas de gênero, e caminhar em direção à missão que cada um tem diante de si de pregar o reino de Deus para todos.” (BERTOTTI, 2015, p. 19).

Pode-se destacar, ao longo do texto, uma série de contradições que tensionam a participação das mulheres no espaço público e no espaço privado. A começar pela abordagem progressista em relação aos avanços da presença e da atuação das mulheres em diferentes âmbitos, que se desloca para uma interpretação acerca do papel das mulheres como “ajudadora do esposo” e “cuidadora” da família, em posição de subalternidade. As entrevistadas, mulheres que ocupam espaço de destaque na Igreja Adventista, também reforçam o mesmo sentido, retomando a crítica ao feminismo, negando o princípio de igualdade e fortalecendo o discurso da diferença, em que cabe a homens e a mulheres cumprir a sua parte, sem admitir mudanças nas práticas e estruturas sociais.

Mesmo diante do debate sobre a ordenação feminina, que poderia representar uma maior participação das mulheres na hierarquia da instituição religiosa, prevalece o reforço aos lugares consolidados para homens e mulheres. A participação das mulheres seria admitida apenas nos casos em que não há pastores suficientes, permanecendo o papel de apoio e não de protagonismo. Tal perspectiva é problematizada na análise de Rosado (2001, p. 84-85) sobre as bases da teologia feminista, cuja “rejeição do recurso à biologia para explicar o ordenamento social – e religioso – dos sexos” conduz à crítica sobre a organização das instituições religiosas, “apontadas como androcêntricas, hierárquicas e excludentes das mulheres”.

De acordo com Rosado (2008), a desvalorização simbólica e social das mulheres decorre do controle e do medo instaurado pelo cristianismo, em que a condição de inferioridade associa-se ao papel das mulheres vinculado à maternidade. A quarta menção ao feminismo analisada se encontra na edição de maio de 2016. As tensões entre o trabalho e a família ressurgem na reportagem de capa da edição, *Mãe em tempo integral*, assinada por Márcia Ebinger, que discute os desafios da maternidade a partir da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ante o dilema, quando de uma gravidez: dedicação exclusiva à maternidade, trabalho em meio período, em tempo integral ou terceirização da educação dos filhos?

Para discutir a questão, a autora (EBINGER, 2016, p. 12-13) começa usando o artigo de Lucila Scavone *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais* que recomenda “lembrar o contexto social em que amadureceram as [ideias] e o debate feminista sobre maternidade, do final dos anos 1960 aos meados da década

de 1980” (SCAVONE, 2001, p. 137) e o impacto do lançamento d’*O segundo sexo* de Simone de Beauvoir para as lutas feministas. “Com o livro teve início o debate sobre a maternidade e quanto ela ‘atrapalha’ o papel da mulher como sujeito do seu próprio futuro”, entende Ebinger (2016, p. 13).

Depois da II Guerra Mundial, com a aceleração da industrialização e urbanização, o controle de natalidade através das pílulas contraceptivas, a inserção da mulher no mercado de trabalho e, recentemente, com as tecnologias reprodutivas que viabilizam uma maternidade tardia, “as mulheres estão escolhendo estudar, trabalhar e fazer cursos de aperfeiçoamento antes de ser esposas e mães, o que tem acontecido cada vez mais tarde e em número mais reduzido” (EBINGER, 2016, p. 13), conforme atestam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Mundial do Trabalho e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O mercado de trabalho tem se adaptado a esta nova realidade e aumentaram as possibilidades das mães trabalharem em casa. Ebinger cita uma reportagem da revista *Exame*<sup>5</sup> que apresentava 30 opções de franquias para trabalho em casa. A reportagem da *Revista Adventista* enfatiza ainda os malefícios na educação dos filhos quando da ausência parcial ou total das mães, inclusive para a saúde mental das crianças (EBINGER, 2016, p. 13).

Ebinger responsabiliza as vontades das mulheres e as lutas feministas pelas atuais tensões da maternidade. “Entre as pressões da vida moderna, as diferentes agendas feministas e os desejos de cada mulher, a maternidade se transformou num dilema para muitos casais.” (EBINGER, 2016, p. 15). A reportagem cita o exemplo de quatro mulheres e os modos como elas têm lidado ou lidaram com a maternidade. Uma delas, Darleide Alves, influente apresentadora de TV da Rede Novo Tempo de Comunicação, emissora da IASD, questiona a decisão das que colocam a carreira em primazia, por entender que ela não deve ser a prioridade de uma mulher, recorrendo ao que seria uma vontade divina. “Acredito que essa inversão de prioridades não é o plano de Deus para nós. Abraçar um sonho intelectual ou profissional e colocar em segundo plano um sonho emocional e afetivo não é a melhor escolha.” (EBINGER, 2016, p. 15). Dos quatro exemplos de mulheres usados, em apenas um menciona-se o pai como participante nos cuidados dos filhos. A discussão sobre paternidade passa por alto.

A reportagem também recorre a uma obra de Ellen G. White que dedica à mulher o papel de “rainha do lar” e destaca a influência da presença materna na educação dos filhos. “A mãe que alegremente assume os deveres que jazem diretamente em seu caminho sentirá que a vida para si é preciosa, porque Deus lhe deu uma obra a realizar.” (WHITE, 2004, p. 212).

Percebe-se que, embora traga uma contextualização sobre o novo perfil das mulheres, que dividem o trabalho com o cuidado dos filhos, o texto atua como forma de orientação que remete à maternidade como símbolo do modelo de mulher

5 FONSECA, Mariana. 30 opções de franquias para trabalhar de casa. *Exame*, 11 maio 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/30-opcoes-de-franquias-para-trabalhar-de-casa/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

moralmente aceito (PRIORE, 1993), marcado pela submissão das vontades pessoais e da capacidade de fazer escolhas em detrimento de sua função maior: ser mãe.

Contudo, em que pese a permanência e a previsibilidade de explicações sobre os fenômenos sociais baseadas em valores da doutrina religiosa, entende-se que os discursos da revista acionam também lógicas contrastantes, em diálogo com questões que envolvem a agenda pública. A quinta menção ao feminismo analisada se encontra na edição de março de 2017. Na seção *Entrevista* da edição, Andreia Moura entrevistou a jornalista e então professora do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), Betina Bordin Pinto, que recém terminara um mestrado em Comunicação (PINTO, 2016) com uma dissertação que analisou como a produção do *The Love School* – apresentado por Cristiane e Renato Cardoso, autores do popular livro, entre os evangélicos, *Casamento blindado* –, da TV Record, reforça o machismo, inferioriza as mulheres “e perpetua estereótipos sobre a mulher que contrariam as Escrituras”, problema “silencioso” (MOURA, 2017, p. 6) presente também na Igreja e no restante da sociedade. Betina aponta as agressões encontradas no programa analisado, que “reforça certo ‘perfil ideal de mulher’, que coloca a esposa como inferior ao marido” – no programa Cristiane aparece como figurante. Visto que o programa e o casal estão associados a uma Igreja, “a violência simbólica tende a ser ainda mais cruel, pois acaba sendo legitimada por evocar uma suposta imagem feminina aprovada/ desejada por Deus, mas que, na verdade, está muito distante daquilo que Ele idealizou” (MOURA, 2017, p. 7), disse a entrevistada.

Betina considera que, no cristianismo, a “sentença divina de submissão” reforça o discurso machista, como no relato da queda moral de Eva e em alguns textos de Paulo. Todavia, entende que “o erro não está na Palavra, que foi divinamente inspirada e devidamente exemplificada por Cristo quando esteve na Terra, mas na interpretação tendenciosa que se faz do texto bíblico por influência da nossa cultura patriarcal.” (MOURA, 2017, p. 7).

Perguntada se a mulher adventista deve se engajar em debates que tratem do empoderamento feminino e igualdade de gênero, Betina defende a luta pela igualdade, mas sem “extremismo”. “O ‘feminismo’ é legítimo unicamente quando procura restaurar na mulher a imagem do Criador. Hoje se fala até mesmo em ódio ao homem. [...] não devemos defender nenhuma das distorções que foram agregadas ao conceito da luta feminista.” (MOURA, 2017, p. 7). Do período analisado na pesquisa, esta se constitui a declaração mais positiva ao feminismo encontrada, uma vez que reconhece a existência do machismo e a legitimidade da luta pela igualdade, colocando ressalvas em relação ao modo como entende o movimento.

A última menção ao feminismo analisada se encontra na edição de março de 2018. A reportagem de capa da edição, *A mulher nos tempos da Bíblia*, de autoria de Christie G. Chadwick começa citando que o termo feminismo foi eleito como a palavra do ano de 2017 pelo Dicionário Merriam-Webster, muito por conta das diversas manifestações de repercussão internacional, como a Marcha das Mulheres, que levou milhares às ruas após discursos polêmicos do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e por conta dos protestos de celebridades contra abusos sexuais

cometidos por figuras de Hollywood. Embora se possa avaliar que o empoderamento feminino seja uma conquista recente do ocidente, Christie defende que, mesmo com todos os estereótipos sobre a mulher na cultura dos tempos bíblicos, estudos etnográficos e arqueológicos recentes têm desconstruído alguns mitos (CHADWICK, 2018, p. 13).

Para ela, para se entender a condição feminina no Antigo Testamento, devemos “considerar quanto do retrato feminino no período vem da Bíblia e de outras fontes primárias e quanto é fruto de pressuposições do mundo ocidental moderno.” (CHADWICK, 2018, p. 13). No âmbito doméstico, por exemplo, na sociedade do Antigo Oriente Próximo, as atividades realizadas envolviam aspectos econômicos, sociais, educativos, políticos e religiosos. O desenvolvimento histórico e o progresso tecnológico mudaram tal cenário. “A partir do período helenístico, isso causou uma depreciação do poder econômico da mulher, diminuindo sua influência e autoridade dentro e fora da casa” (CHADWICK, 2018, p. 14).

Exemplos bíblicos demonstram que o trabalho das mulheres não se limitava ao espaço doméstico. Encontram-se mulheres em situações de transações econômicas, atividades políticas e religiosas e na música (CHADWICK, 2018, p. 14). O papel da mulher no tempo monárquico do antigo Israel mostra ser significativamente diferente do imaginado hoje. “A mulher dessa época tinha autoridade e presença dentro e fora de casa, em praticamente todas as esferas da vida diária” (CHADWICK, 2018, p. 15).

Para Christie, a figura da mulher como propriedade masculina confinada no ambiente doméstico não condiz com suas atividades nas descrições bíblicas dos tempos dos reis de Israel e Judá. Ao que parece, tal imagem vem do período helenístico. Ao se ter em conta o contexto histórico-cultural do Antigo Oriente Próximo, a imagem representada das mulheres no texto bíblico, avalia, se mostra positiva. Constata-se no texto que, ainda que se considere a Bíblia como um livro machista, ela ensina sobre o valor e a atuação da mulher nos tempos bíblicos.

Em sua argumentação, o texto é rico na exposição de interpretações sobre a imagem das mulheres, deslocando-se das manifestações atuais das mulheres contra a opressão no mundo para os escritos bíblicos, de modo a demonstrar um tipo de participação feminina que não se restringia ao espaço doméstico. Esta abordagem vai ao encontro da perspectiva de Rosado (2001, p. 86-87), que ao observar as relações no interior do campo religioso reconhece ambiguidades entre as mulheres e as organizações. Para ela, as religiões são “espaços sociais complexos, portadores de contradições, que não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras”.

Ao longo dos textos, percebe-se um discurso doutrinário e disciplinador construído pela *Revista Adventista* para falar com os e as fiéis, revestido de autoridade religiosa. Ao mesmo tempo, fatores socioculturais que repercutem na agenda pública e na agenda da mídia provocam tensões e contradições acerca do lugar destinado para cada sexo na estrutura social, familiar e religiosa, exigindo posicionamentos e orientações da doutrina adventista que distanciam os princípios feministas das práticas religiosas.

## Considerações finais

Na análise dos textos da *Revista Adventista* que fizeram menção ao feminismo, que compreende edições publicadas entre os anos 1986 a 2018, identificou-se que os textos de autoria masculina são mais críticos. Guarda (1986, p. 5) vê o feminismo como um movimento que ataca a família, incompatível com os papéis de mãe e esposa. Santos (2005, p. 38) o elege como imoral. A negação do feminismo surge nos discursos da revista com o propósito de desqualificar ideais em torno da autonomia feminina e da igualdade entre homens e mulheres, reduzindo o movimento à destruição de valores que sustentam a instituição religiosa e a família.

Uma abordagem mais positiva nas menções ao feminismo está presente nos textos de autoras mulheres – feita, na maioria dos casos, com ressalvas e equívocos. Uma das fontes de Bertotti (2015, p. 19), então líder do departamento que atende as mulheres adventistas na América do Sul, chega a comparar o feminismo com o machismo e se diz contrária à busca por igualdade entre mulheres e homens na Igreja. Em outro texto, Ebinger (2016, p. 15) responsabiliza o movimento feminista pelas tensões atuais enfrentadas na maternidade.

Busca-se demonstrar, em três casos (BERTOTTI, 2015, p. 14; CHADWICK, 2018, p. 13-15; MOURA, 2017, p. 6-7), que o livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, apresenta uma imagem positiva da mulher. No último, a entrevistada, Betina Bordin Pinto, faz a referência mais positiva ao feminismo no material pesquisado, em que defende a luta pela igualdade de gênero e se expressa contra as distorções do conceito de luta feminista.

A partir de uma análise interpretativa que considerou os diferentes tipos de textos publicados na *Revista Adventista* – reportagens, entrevista e opinião – foi possível observar determinadas marcas presentes no discurso da revista sob a luz das relações entre gênero e religião. Identificou-se que o tratamento de informações, fontes e documentos se deu a partir de escolhas editoriais que angularam os temas conforme os propósitos da revista, uma vez que a publicação representa as vozes oficiais da Igreja. Desse modo, os temas da maternidade e da paternidade, da ordenação religiosa, da participação no mercado de trabalho, entre outros, tendem a ser tratados com base na dicotomia entre espaço público e espaço privado, reproduzindo diferenças seculares entre homens e mulheres sustentadas pelos princípios religiosos.

Por fim, se todo discurso é permeado por contradições, encontrar possíveis fissuras no que se refere aos sentidos em torno do mundo doméstico como *locus* privilegiado da atuação feminina representa um modo de observar a complexidade dos valores que o feminismo ousou subverter desde as suas primeiras manifestações, impactando todos os campos da vida cotidiana, inclusive a religião.

## Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 241-275.
- BERTOTTI, Fabiana. Influência feminina. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 110, n. 1295, p. 14-19, mar. 2015.
- CHADWICK, Christie G. A mulher nos tempos da Bíblia. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 113, n. 1331, p. 13-15, mar. 2018.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo, uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.
- EBINGER, Márcia. Mãe em tempo integral. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 111, n. 1309, p. 12-16, maio 2016.
- FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.224-240.
- FELGUEIRAS, Ana Cláudia Moraes Leal. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, p. 108-121, maio 2017. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2017/05/montagem-da-revista-Reparado111.pdf>. Acesso em: 5 set. 2022.
- FURTADO, Kevin Willian Kossar. Por uma teologia adventista dialógica: leitura das crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia em perspectiva ecumênica e inter-religiosa. 2020, 370 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

GEBARA, Ivone. Em busca da costela perdida e a afirmação da dignidade das mulheres. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 80, n. 317, p. 719-749, set./dez.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v80i317.2246>. Acesso em: 25 maio 2023.

GUARDA, Márcio Dias. Nem Salomão nem Hércules. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 82, n. 8, p. 5-7, ago. 1986.

LEMOS, Carolina Teles. Religião e patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, jul./dez.2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795/1709>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. O paradoxo do sagrado: um estudo da mídia institucional religiosa. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51-62, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/275/266>. Acesso em: 5 set. 2022.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

MOURA, Andreia. Violência disfarçada. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 112, n. 1319, p. 6-7, mar. 2017.

PEDRO, Joana Maria. Gênero e feminismo. In: ROSADO, Maria José (Org.). **Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 19-38.

PINTO, Betina Bordin. **Violência simbólica contra a mulher nas estratégias midiáticas: uma análise do programa The Love School**. 2016, 224 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxnjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2022.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora UnB, 1993.

ROSADO, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 67-81, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12579/14356>. Acesso em: 5 set. 2022.

ROSADO, Maria José. Introdução: as complexas relações entre religião e gênero. In: ROSADO, Maria José (Org.). **Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 7-15.

ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p.79-96, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/YnYKS3QPKG5YhdjXbzWnhdw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2022.

SANTOS, Zinaldo. Bastidores de um espetáculo. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 100, n. 4, p. 38, abr. 2005.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2022.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 122-130, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Y6WLw8Cx9kBZ8bt6ZvwqbCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2022.

TONETTI, Márcio. Divisões não poderão autorizar a ordenação de mulheres ao ministério pastoral. **Revista Adventista**, 9 jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistaadventista.com.br/conferencia-geral-2015/divisoes-nao-poderao-autorizar-a-ordenacao-de-mulheres-ao-ministerio/>. Acesso em: 23 set. 2022.

TIMM, Alberto R. Centenário do legado profético de Ellen G. White. **Adventist World**, Tatuí, v. 10, n. 9, p. 22-23, set. 2014.

VUOLA, Elina. Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião. In: ROSADO, Maria José (Org.). **Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 39-58.

WHITE, Ellen G. White. **O lar adventista**. Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2004.

Recebido em 07/12/2022.

Aceito em 06/06/2023.